PORTARIA Nº 20/2015

(Publicada em 30/1/2015, no DOERJ, Parte III, Seção II)

Fixa para o exercício de 2015 os valores dos benefícios concedidos em decorrência de lei.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO os valores que se acham estabelecidos no orçamento projetado para o exercício de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar, para o exercício financeiro de 2015, os valores dos benefícios concedidos, em decorrência de lei, aos magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região:

~~I - Auxílio-Alimentação: R\$ 751,96 (setecentos e cinquenta e um reais e noventa e seis centavos) por mês.~~

I - Auxílio-Alimentação: R\$ 799,00 (setecentos e noventa e nove reais) por mês. ([Inciso alterado pela Portaria nº 98/2015, publicada no DOERJ em 8/4/2015](#))

II - Programa de Assistência Complementar à Saúde:

a) Titulares: R\$ 253,00 (duzentos e cinquenta e três reais) por mês;

b) Dependentes legais: R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por mês.

~~III - Assistência Pré-Escolar: R\$ 594,15 (quinhentos e noventa e quatro reais e quinze centavos) por mês.~~

III - Assistência Pré-Escolar: R\$ 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais) por mês: ([Inciso alterado pela Portaria nº 98/2015, publicada no DOERJ em 8/4/2015](#))

a) O magistrado e o servidor participarão no custeio do benefício com uma cota-parte, por dependente;

b) A cota-parte a que se refere a letra anterior será estabelecida em percentuais que variam de 1% a 5% sobre o valor do Auxílio Pré-Escolar, de acordo com a faixa de remuneração do magistrado ou servidor; e

c) O valor do benefício será creditado mensalmente ao magistrado ou servidor, já com desconto da cota-parte.

Art. 2º O quadro com as faixas de remuneração e o percentual da cota-parte do magistrado ou servidor é o constante do anexo I desta Portaria.

Art. 3º Fica delegada competência ao Ordenador de Despesas para execução, ao final do exercício, de eventuais saldos orçamentários, devidamente justificados, relativos aos programas a que se acha vinculado o custeio de cada um dos benefícios sociais, sem necessidade de alteração da presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2015.

DESEMBARGADOR DO TRABALHO CARLOS ALBERTO ARAUJO DRUMMOND
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região